

Critérios de Classificação

U.12. A economia portuguesa no contexto da União Europeia

Exercícios de Exames Nacionais – Itens de Construção

1.1.	<p>Na resposta é explicitada a evolução da economia portuguesa, com base no texto e no gráfico, referindo, nomeadamente, os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none">– a economia portuguesa divergiu, em termos reais, entre 2002 e 2004, face à Zona Euro, na medida em que:<ul style="list-style-type: none">• a economia portuguesa viveu em recessão entre meados de 2002 e 2003 (ano em que a taxa de variação do PIB foi de aproximadamente –1%), entrando posteriormente numa fase de recuperação lenta;• a Zona Euro teve sempre uma taxa de crescimento do PIB positiva, mesmo em 2003;• o diferencial de variação do PIB entre a economia portuguesa e a Zona Euro foi, assim, sempre negativo, o que significa que Portugal se afastou do nível de desenvolvimento dos restantes países.– para essa evolução desfavorável da economia portuguesa pode ter contribuído a deslocalização do investimento direto estrangeiro (IDE) para outros países:<ul style="list-style-type: none">• a economia portuguesa, entre 2001 e 2003, perdeu capacidade de atracção do investimento estrangeiro, pois apresentou um saldo negativo do IDE (défice de um milhão de dólares);• comparativamente, a Irlanda, a República Checa e a Polónia apresentaram saldos positivos, de 17 milhões de dólares, no primeiro caso, e de 5 milhões, nos restantes dois países.
1.2.	<p>A resposta refere dois dos seguintes problemas que o alargamento da União Europeia traz a Portugal, ou outro(s) considerado(s) relevante(s):</p> <ul style="list-style-type: none">– diminuição do peso político de Portugal nas decisões da União Europeia, dada a sua pequena dimensão e a reformulação do funcionamento das instituições, tendo em vista a sua operacionalidade numa UE alargada;– reorientação de fundos comunitários, tornando inevitável uma diminuição para Portugal da afetação desses recursos, particularmente os de coesão;– competição acrescida, ao nível das exportações portuguesas, por parte dos novos países membros que apresentam um nível de desenvolvimento e uma estrutura produtiva semelhantes.

2.	<p>A resposta caracteriza o Mercado Único que a Comunidade Europeia instituiu, referindo que este garante a liberdade de circulação de...</p> <ul style="list-style-type: none"> • bens; • serviços; • capitais; • pessoas.
-----------	---

3.	<p>A resposta indica, por ordem cronológica, as três etapas da construção da União Europeia referidas no texto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidades Europeias; • Mercado Único; • União Económica e Monetária (UEM).
-----------	--

4.	<p>Na resposta são explicadas as possíveis consequências do quinto alargamento da UE na economia portuguesa, sendo contemplados quatro dos seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a entrada de dez novos Estados-membros justifica a necessidade de reorientação dos fundos estruturais, não só porque há um maior número de países pelos quais são distribuídos esses fundos, como também pelo facto de estes países apresentarem características específicas, nomeadamente, um PIB por habitante inferior à média da União Europeia; • o facto de estes países apresentarem, em média, um PIB por habitante inferior ao de Portugal faz deles candidatos preferenciais aos fundos estruturais; Portugal, por um mero «efeito estatístico», torna-se um país relativamente mais rico e, em consequência, com menor acesso a esses fundos; • os novos Estados-membros são concorrentes nos nossos mercados de exportação; • um grupo desses países possui mão-de-obra qualificada e mais capital, exercendo concorrência relativamente a indústrias emergentes em Portugal – 10,8% e 31,2% das nossas exportações dizem respeito a produtos de alta e média-alta tecnologia, respetivamente; • outro grupo de países, com mão-de-obra abundante e barata, ameaça os sectores mais tradicionais da nossa economia – 42,4% das nossas exportações dizem respeito a produtos de baixa tecnologia.
-----------	---

5.	<p>Na resposta é explicada a trajetória da economia portuguesa relativamente à economia europeia, no período de 1996-2005, sendo referidos quatro dos seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ao longo dos anos noventa do século passado, o nível de vida da população portuguesa convergiu para o nível médio da UE 15; • no período de 1996-2000, a taxa média de crescimento real do PIB situou-se acima da média da UE 15, respetivamente, 4,1% contra os 2,8% da UE 15. Neste período assistiu-se a uma convergência real; • a taxa média de crescimento real do PIB português, no período de 2001-2005, foi de 0,6% contra uma taxa de 1,6% da UE 15 (em 2003 verificou-se mesmo um crescimento negativo). Na globalidade deste período verificou-se uma divergência real; • o abrandamento da atividade económica em Portugal, no período de 2001-2005, ficou a dever-se, sobretudo, à crise económica internacional e, em particular, ao abrandamento da atividade económica da UE; • os baixos níveis de qualificação e as fracas habilitações da população portuguesa são, igualmente, fatores que têm impedido o desenvolvimento económico português e a aproximação aos níveis médios da UE 15.
-----------	--

6.	<p>Na resposta é explicada a evolução do PIB na ótica da Despesa, em 2007, sendo referidos, de forma correcta¹, o último e mais três dos quatro primeiros aspetos a seguir apresentados, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em 2007, o PIB português registou um crescimento de 1,9%, face ao ano anterior; • as Exportações contribuíram fortemente para este crescimento, uma vez que apresentaram uma taxa de variação real de 7,7% (superior à variação do PIB); • o Investimento voltou a apresentar uma taxa de variação positiva – crescimento - de 3,8% face ao ano anterior (superior à variação do PIB), tendo contribuído igualmente para aquele crescimento; • o Consumo Privado teve um crescimento positivo (de 1,5%, valor abaixo da variação do PIB), ao passo que o Consumo Público contribuiu negativamente para o crescimento do PIB; • em 2007, apesar da diminuição, em pontos percentuais, do diferencial de crescimento entre Portugal e a área do euro, este diferencial manteve-se negativo e a economia portuguesa voltou a não convergir, em termos reais, com o conjunto dos países dessa área, tendo sido Portugal um dos países que menos cresceu nesse ano.
-----------	---

7.	<p>Na resposta são expostos dois desafios que se colocam à UE, decorrentes da entrada de novos membros, sendo referidos, de forma correcta¹, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a necessidade de se proceder à reforma das instituições comunitárias, devido ao aumento do número de Estados-membros, tendo em vista aumentar a operacionalidade do funcionamento dessas instituições; • a necessidade de se proceder a uma reorientação dos fundos comunitários (diferente repartição dos fundos), devido à entrada de novos Estados-membros que, em geral, apresentam situações económicas e sociais mais desfavorecidas.
-----------	---

8.	<p>Na resposta, são explicadas duas das seguintes consequências para a UE decorrentes do último alargamento, por comparação com os alargamentos anteriores, sendo referidos, de forma correta¹, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a entrada de novos Estados-membros, cujos PIB por habitante se situavam abaixo da média europeia, implicou a reorientação dos fundos comunitários (ou, em alternativa, o reajustamento das políticas da UE), de forma a combater as assimetrias verificadas no seio da UE alargada; • a entrada de novos Estados-membros, cujos PIB por habitante (em média) se situavam abaixo da média europeia, provocou uma redução mais significativa do PIB por habitante da União, ou seja, -16% da média da União Europeia a 27 Estados-membros, em comparação com reduções entre 3% e 6% verificadas nos alargamentos anteriores; • o aumento da população, 29%, e, conseqüentemente, do número de consumidores, o segundo maior, em termos percentuais, até esta data, provocou um alargamento do mercado interno, perspetivando novas oportunidades económicas; • o aumento do número de países, o maior até esta data, implicou a reestruturação do funcionamento das instituições da UE, nomeadamente, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, de forma a assegurar-se o seu funcionamento democrático e a sua operacionalidade.
-----------	--

9.	<p>Na resposta, é explicada a importância do princípio da coesão económica e social, sendo referidos, de forma correta¹, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • verificam-se no seio da UE 27 grandes disparidades ao nível do desenvolvimento dos diferentes países e regiões; • estas disparidades podem ser constatadas através do indicador PIB por habitante dos diferentes países da UE 27; por exemplo, enquanto o PIB por habitante da Holanda era, em 2010, 133% da média da UE 27, o da Bulgária situava-se apenas nos 44%; • o princípio da coesão económica e social exprime a vontade de combater as disparidades verificadas entre os diferentes países e regiões da UE 27 e de promover o seu desenvolvimento harmonioso, através de uma progressiva aproximação (convergência) dos níveis de rendimento médio e de qualidade de vida das populações, em especial dos países e regiões menos desenvolvidos.
-----------	---

10.	<p>Na resposta, é mencionada cada uma das formas de integração, sendo referidos, de forma correta¹, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a zona de comércio livre é uma forma de integração em que os Estados-membros garantem a livre circulação de mercadorias entre si e mantêm a sua pauta exterior face a países terceiros; • a união aduaneira é uma forma de integração em que os Estados-membros garantem a livre circulação de mercadorias entre si e estabelecem uma pauta exterior comum face a países terceiros.
------------	--

11.	<p>Na resposta, são explicitadas as alterações verificadas na economia portuguesa, em 2002, face a 1995, sendo referidos, de forma correta¹, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em 2002, face a 1995, verificou-se uma ligeira redução da taxa de variação média anual do IPC (taxa de inflação), que passou de 4,1%, em 1995, para 3,6%, em 2002; esta evolução da taxa de variação média anual do IPC satisfaz a necessidade de cumprimento do critério de convergência nominal relativo à estabilidade dos preços; • em 2002, face a 1995, as taxas de juro nos empréstimos ao consumo a particulares decresceram, atingindo o valor de 9,7%, em 2002, contra 17,5%, em 1995; esta evolução das taxas de juro satisfaz a necessidade de cumprimento do critério de convergência nominal relativo à convergência das taxas de juro (nominais médias de longo prazo); • em 2002 e em 1995, verificou-se um crescimento do Rendimento disponível dos particulares, tendo este agregado registado taxas de variação anual, respetivamente, de 4,0% e de 5,2%; nos mesmos anos, verificou-se um crescimento do Consumo privado, cujas taxas de variação anual passaram de 6,3%, em 1995, para 4,4%, em 2002; quer o Consumo privado, quer o Rendimento disponível dos particulares registaram taxas de variação anual menores em 2002 do que as registadas em 1995; • quer em 1995, quer em 2002, a taxa de variação anual do Consumo privado foi superior à taxa de variação anual do Rendimento disponível dos particulares, o que poderá ter contribuído para o crescente endividamento das Famílias, o qual aumentou consideravelmente, tendo passado de 38,0% do Rendimento disponível dos particulares, em 1995, para 103,0%, em 2002; • em 2002, face a 1995, verificou-se uma redução das taxas de juro, o que tornou mais apelativo o recurso ao crédito, contribuindo para explicar, em parte, o crescente endividamento das Famílias.
------------	---

12.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Coesão; • este fundo destina-se, em particular, a apoiar projetos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infraestruturas de transportes, que reforcem a coesão económica e social da União Europeia; • este fundo, ao apoiar financeiramente projetos dos Estados-membros cujo PNB por habitante (ou, em alternativa, RNB por habitante) seja inferior a 90% do valor médio da União Europeia, pretende promover a aproximação dos níveis de rendimento médio e de qualidade de vida das populações destes países aos níveis médios comunitários, contribuindo para a concretização do princípio da coesão económica e social.
------------	--

13.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o PIB por habitante na Estónia aproximou-se do valor médio da UE-28, tendo passado de 63% desse valor, em 2010, para 69%, em 2012; • o PIB por habitante em Portugal e na Eslovénia afastou-se do valor médio da UE-28; em Portugal, este indicador passou de 81% do valor médio da UE-28, em 2010, para 75%, em 2012; na Eslovénia, passou de 84% do valor médio da UE-28, em 2010, para 82%, em 2012; • o processo de convergência real da economia da Estónia resultou de um crescimento do PIB por habitante, em termos reais, de 9,5%, em 2011, superior ao crescimento de 1,5% verificado na UE-28, e de um aumento do PIB por habitante, em termos reais, de 4,0%, em 2012, contra uma diminuição de 0,7% verificada na UE-28; • o processo de divergência real da economia da Eslovénia resultou de um crescimento do PIB por habitante, em termos reais, de 0,5%, em 2011, inferior ao verificado na UE-28, e de uma diminuição do PIB por habitante, em termos reais, de 2,7%, em 2012, mais acentuada do que a registada na UE-28; • a divergência real da economia portuguesa resultou de uma diminuição do PIB por habitante, em termos reais, de 1,1%, em 2011, que contrastou com o aumento verificado na UE-28, e de uma diminuição do PIB por habitante, em termos reais, de 2,8%, em 2012, mais acentuada do que a registada na UE-28.
------------	--

14.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a zona de comércio livre é uma forma de integração em que os Estados-membros garantem a livre circulação de mercadorias entre si, mantendo cada Estado a sua própria pauta aduaneira exterior face a países terceiros; • a união aduaneira é uma forma de integração em que os Estados-membros garantem a livre circulação de mercadorias entre si e estabelecem uma pauta aduaneira exterior comum face a países terceiros.
------------	---

15.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o euro aumenta a transparência dos preços, pois permite a comparação (imediate) dos preços de venda dos bens e serviços nos vários Estados-membros da Área do Euro, o que contribui para o aumento do comércio entre esses Estados, dinamizando o mercado único; • o euro elimina os custos cambiais associados à troca das diversas moedas anteriormente utilizadas nas transações comerciais entre Estados-membros da Área do Euro, o que contribui para a dinamização do mercado único, ao reduzir os custos suportados por empresas e particulares nessas transações; • o euro elimina os riscos cambiais associados às trocas comerciais entre Estados-membros da Área do Euro, o que contribui para a dinamização do mercado único, ao reduzir a incerteza nessas trocas.
------------	---

16.	<p>Critérios de convergência nominal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o défice orçamental (anual) de cada Estado-membro (candidato ao euro ou pertencente à Área do Euro) não deverá ultrapassar 3% do respetivo Produto Interno Bruto; • a dívida pública de cada Estado-membro (candidato ao euro ou pertencente à Área do Euro) não deverá ultrapassar 60% do respetivo Produto Interno Bruto.
------------	--

17.	<p>Conceito de coesão económica e social:</p> <ul style="list-style-type: none">• traduz a intenção de reduzir as disparidades verificadas entre as diferentes regiões (ou entre os diferentes países) da União Europeia, através de uma aproximação (ou convergência) dos níveis de rendimento (médio) e de qualidade de vida das populações dessas regiões (ou desses países).
------------	--

18.	<p>As comunidades criadas pelos Tratados de Roma foram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comunidade Económica Europeia OU CEE;• Comunidade Europeia da Energia Atómica OU CEEA OU EURATOM.
------------	--

19.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none">• em 2011, a divergência real da economia portuguesa com a da UE-15 resultou de um decréscimo do PIB por habitante, em termos reais, que contrastou com o crescimento verificado na UE-15;• em 2012, a divergência real da economia portuguesa com a da UE-15 resultou de uma diminuição mais acentuada do PIB por habitante em Portugal, em termos reais, do que a verificada na UE-15.
------------	---

20.	<p>Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none">• Diferença entre mercado comum e zona de comércio livre quanto à liberdade de circulação entre os Estados-Membros, referindo que o primeiro garante a liberdade de circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas entre Estados-Membros, enquanto a segunda só garante a liberdade de circulação de mercadorias.• Diferença entre mercado comum e zona de comércio livre quanto ao regime aduaneiro entre Estados-Membros e países terceiros, referindo que o primeiro define uma pauta aduaneira exterior comum face a países terceiros, enquanto na segunda cada Estado-Membro define a sua pauta aduaneira exterior face a países terceiros.
------------	---

21.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicação do sentido da convergência real, referindo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a convergência real da economia da República Checa com a da UE-28 resultou do aumento percentual do PIB real, por habitante, superior ao aumento percentual do PIB real, por habitante, na UE-28; • a divergência real da economia grega com a da UE-28 resultou da redução do PIB real, por habitante, acompanhada do aumento do PIB real, por habitante, na UE-28; • a divergência real da economia portuguesa com a da UE-28 resultou do aumento percentual do PIB real, por habitante, inferior ao aumento percentual do PIB real, por habitante, na UE-28. <p>Aspetos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumento percentual do PIB real, por habitante, na República Checa, em Portugal e na UE-28; • redução do PIB real, por habitante, na Grécia; • aumento do PIB real, por habitante, na UE-28. <p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> • efeito da evolução do PIB real, por habitante, em cada uma das três economias e do PIB real, por habitante, na UE-28, no sentido da convergência real dessas economias com a da UE-28. <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada dos termos: convergência real, divergência real e PIB real, por habitante (ou PIB, por habitante, calculado em termos reais); • clareza do discurso.
------------	---

22.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicação dos efeitos da criação do mercado comum, referindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> •• o aumento do comércio entre Estados-Membros, resultante da eliminação das barreiras à circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais; •• uma das seguintes vantagens (ou outra relevante) para as empresas residentes: <ul style="list-style-type: none"> – o aproveitamento das economias de escala devido à existência de um amplo mercado consumidor; – a redução dos custos de produção devido à eliminação de custos associados ao controlo nas fronteiras (internas da União Europeia); – a redução dos custos de produção devido ao acesso a bens (e serviços) a preços mais baixos.
------------	--

23.	<p>Explicação do aumento do peso das exportações portuguesas para a CE, com recurso a duas razões que o justificaram, referindo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a adesão de Portugal à CE, ao reduzir os custos para as empresas exportadoras em resultado da eliminação das barreiras alfandegárias com os países da CE, proporcionou o aumento do peso das exportações portuguesas para os nossos parceiros na comunidade (ou outra razão para o aumento do peso das exportações portuguesas relacionada com a adesão); • o alargamento da CE, ao criar novas oportunidades de comércio para as empresas residentes em Portugal em resultado do alargamento do mercado consumidor (ou ao aumentar o número de países no mercado intra-comunitário), contribuiu para o aumento do peso das exportações para os nossos parceiros na comunidade (ou outra razão para o aumento do peso das exportações portuguesas relacionada com o alargamento da Comunidade Europeia).
------------	--

24.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicitação, com recurso a valores da tabela, do contributo do FEDER para a convergência real da economia portuguesa com a da União Europeia, referindo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o financiamento de projetos em Portugal (pelo FEDER), ao acentuar o crescimento da atividade económica, contribui para aumentar o PIB por habitante (OU melhorar o nível de bem-estar da população); • o PIB por habitante passou de 64,5% da média da UE-15, em 1989, para 70,7% da média da UE-15, em 2013, traduzindo a convergência real da economia portuguesa com a da UE.
------------	---

25.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Na resposta, devem ser considerados dois dos tópicos seguintes, ou outros igualmente relevantes. Explicação do modo como as duas medidas apresentadas contribuem para o crescimento das economias dos Estados-Membros da UE.</p> <p>Objetivo – promover a integração social dos cidadãos estrangeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a oferta de cursos financiados pelo Estado, destinados aos cidadãos estrangeiros, ao favorecer a sua integração social, facilitará a obtenção de emprego, aumentando o rendimento (OU o consumo) destas famílias e contribuindo para o crescimento das economias dos Estados-Membros da UE; • a atribuição de prestações sociais, destinadas ao acolhimento dos cidadãos estrangeiros, ao favorecer a sua integração social, permitirá aumentar o rendimento e o consumo destas famílias, contribuindo para o crescimento das economias dos Estados-Membros da UE; • a concessão, por parte do Estado, de subsídios de alojamento aos cidadãos estrangeiros, ao favorecer a sua integração social, permitirá reduzir os gastos destas famílias, contribuindo para o consumo (de outros bens) e para o crescimento das economias dos Estados-Membros da UE; • a agilização na atribuição de autorização de residência aos cidadãos estrangeiros, ao favorecer a sua integração social, facilitará a obtenção de emprego, aumentando o rendimento (OU o consumo) destas famílias e contribuindo para o crescimento das economias dos Estados-Membros da UE.
------------	---

26.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Na resposta, devem ser considerados os tópicos seguintes, ou outros igualmente relevantes. Explicação do modo como as duas medidas apresentadas de acordo com o objetivo (A ou B) contribuem para a concretização desse objetivo.</p> <p>Objetivo A – reforçar a sustentabilidade da dívida pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o agravamento dos impostos diretos sobre o trabalho (OU sobre o capital), ao aumentar as receitas do Estado e melhorar o saldo orçamental, possibilitará controlar a dívida pública, contribuindo para a sua sustentabilidade (considerando-se tudo o resto constante); • o agravamento das contribuições sociais sobre os trabalhadores (OU sobre as empresas), ao aumentar as receitas do Estado e melhorar o saldo orçamental, possibilitará controlar a dívida pública, contribuindo para a sua sustentabilidade (considerando-se tudo o resto constante); • a redução das despesas correntes do Estado através da eliminação de serviços públicos, ao reduzir as despesas do Estado e melhorar o saldo orçamental, possibilitará controlar a dívida pública, contribuindo para a sua sustentabilidade (considerando-se tudo o resto constante);
------------	---

- as privatizações de empresas públicas, ao aumentarem as receitas públicas, permitirão reduzir a dívida pública, contribuindo para a sua sustentabilidade.

Objetivo B – promover a inclusão social:

- o aumento do investimento na educação, ao melhorar as competências dos trabalhadores, permitirá uma maior empregabilidade, contribuindo para promover a inclusão social (considerando-se tudo o resto constante);
- a atribuição de subsídios às empresas que empreguem desempregados de longa duração, ao aumentar o rendimento disponível desses desempregados, permitirá melhorar as suas condições de vida, contribuindo para promover a sua inclusão social (considerando-se tudo o resto constante);
- a atribuição de subsídios às empresas que empreguem jovens à procura do primeiro emprego, ao aumentar o rendimento disponível desses jovens, permitirá melhorar as suas condições de vida, contribuindo para promover a sua inclusão social (considerando-se tudo o resto constante);
- a redução dos impostos sobre o rendimento dos jovens trabalhadores, ao aumentar o rendimento disponível desses jovens, permitirá melhorar as suas condições de vida, contribuindo para promover a sua inclusão social (considerando-se tudo o resto constante);
- o aumento das prestações sociais para os idosos (OU para as famílias com menores rendimentos), ao aumentar o rendimento disponível desses idosos (OU dessas famílias), permitirá melhorar as condições de vida, contribuindo para promover a sua inclusão social (considerando-se tudo o resto constante).

Tópicos de resposta

Explicação do modo como as duas medidas apresentadas contribuem para o crescimento da atividade económica. Na resposta, devem ser considerados dois dos tópicos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

27.

Objetivo – melhorar a qualificação dos trabalhadores:

- o financiamento pelo Estado de cursos de formação, ao melhorar a qualificação dos trabalhadores (nacionais e imigrantes), permitirá o aumento do rendimento e do consumo (desses trabalhadores), contribuindo para o crescimento da atividade económica;
- o levantamento (pelo Estado) das necessidades empresariais no domínio da qualificação dos trabalhadores, ao adequar a oferta de cursos (OU ao permitir a escolas e a centros de formação adequar a oferta de cursos) às necessidades do mercado, permitirá aumentar a capacidade de produção (do país), contribuindo para o crescimento da atividade económica;
- a redução das contribuições sociais (pelo Estado) para as empresas que requalifiquem a sua mão de obra, ao melhorar as qualificações dos trabalhadores, permitirá ganhos de produtividade (OU reduções nos custos de produção), contribuindo para o crescimento da atividade económica;
- a redução dos impostos diretos sobre as empresas que requalifiquem a sua mão de obra, ao melhorar as qualificações dos trabalhadores, permitirá ganhos de produtividade (OU reduções nos custos de produção), contribuindo para o crescimento da atividade económica.

Obrigado por apoiar este projeto!

Bom estudo!

14 Dias